

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 2/2020

----**PRESIDÊNCIA:** Leonor Pais -----

----**1.ª SECRETÁRIO/A:** Cristina Matos -----

----**2.ª SECRETÁRIO/A:** António Ferreira-----

---- Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, no Auditório da Biblioteca Municipal de Mangualde, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia dezassete de junho. -----

---- Sendo vinte e uma horas e dez minutos foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais, senhores: Joaquim Loureiro, Filipe Pais, Joaquim Pais, Rui Coelho, e Alexandre Constantino, presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, e presidente da União de Freguesias de Tavares, respetivamente.-----

---- Justificaram as faltas os senhores: Filipe Pais. -----

---- De acordo com o artigo 29º, n.º 2, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi justificada a falta da senhora Fátima Ribeiro, à sessão ordinária desta Assembleia Municipal do dia vinte e sete de fevereiro 2020.-----

---- Estiveram presentes os senhores: presidente da Câmara Municipal, Elísio Oliveira, vice-presidente da Câmara Municipal, Rui Costa, e os vereadores Maria José Coelho, João Lopes, Sara Costa, Liliana Gomes e Joaquim Messias.-----

-----**LEITURA, DISCUSSÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:**

---- Procedeu-se à votação da ata da sessão ordinária, de vinte e sete de fevereiro de 2020, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na sessão mencionada, nomeadamente: Justino Fernandes, Fátima Ribeiro, Ricardo Ângelo e Jorge Coelho, presidente da Junta de Freguesia de São João da Fresta. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:** -----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos membros da Assembleia.-----

----De salientar os seguintes assuntos: foi dado conhecimento, a todos os membros, no dia oito de abril, do corrente ano, via email, do Edital de suspensão das sessões da Assembleia Municipal de Mangualde, devido à Covid-19; também no dia dezoito de maio, foi dado conhecimento dos documentos emitidos pelos serviços financeiros, da “Informação Financeira” tendo como referência a data 31/3/2020, e “Compromissos Plurianuais Assumidos”, de 13/2/2020 a 15/4/2020, da Câmara Municipal, como cumprimento da legislação em vigor; e ainda, em vinte e seis de maio, foi enviado via email “*nos termos do n.º 3, do art.º 2.º, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, proposta referente à concessão da isenção da tarifa fixa e/ou variável de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos no âmbito do plano de apoio às famílias, às instituições e às empresas, promovido pelo município Mangualde*”; assunto referido também na informação escrita do senhor presidente da Câmara Municipal de Mangualde, para a sessão de hoje. -----

----- **INTERVENÇÃO dos MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANGUALDE e/ou EXECUTIVO:** -----

----A senhora *Catarina Lourenço*, em nome da bancada do P.S.D, e dado o facto de estarmos a viver com uma pandemia, o Covid 19, fez alguns elogios: em primeiro lugar a todos os mangualdenses, pela forma como se comportaram, não só na fase do estado de emergência mas ainda antes, cumprindo as regras que não estavam legalmente estabelecidas. Também aos mangualdenses que se voluntariaram de diversas formas para ajudar o concelho, são de elogiar e merecem o nosso agradecimento.-----

----As empresas que encerraram para colocar os funcionários em segurança, ou as empresas que se adaptaram, direcionando a sua produção para o fabrico de equipamento de proteção individual, também merecem o nosso louvor. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----As juntas de freguesia, são de elogiar, porque fizeram um serviço público notável, sem querer tirar qualquer dividendo político da situação. Particularizava o senhor presidente da União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, pois foi o que sofreu mais e teve mais trabalho, daí a nossa palavra de apreço. -----

----Dava ainda um elogio a todos aqueles que estiveram sempre na linha da frente, os profissionais de saúde, motoristas, bombeiros, empregados de supermercados, dos CTT, e uma palavra especial aos funcionários dos lares que têm ainda um papel mais dificultado, um agradecimento muito especial a todos. -----

----A senhora Catarina Lourenço fez ainda a seguinte proposta, em nome do P.S.D.: “em julho e agosto, felizmente, a população do concelho aumenta bastante, e uma coisa de que se têm apercebido é que há tanta informação nos meios de comunicação, que por um lado as pessoas já não estão a conseguir ouvir essa informação, porque estão cansadas desta questão do Covid 19, e por outro não sabem interpretar corretamente essa informação, pelo que a proposta do P.S.D. vai no sentido de que a Câmara Municipal faça uns flyers para distribuir pela população, e que nesses flyers conste, não a informação e as imagens que vêm da DGS (Direção Geral de Saúde), ou das redes sociais, mas por exemplo “como não usar a máscara. -----

----Posto esta proposta a votação, para a elaboração e divulgação de flyers, a mesma foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, e um voto contra, do senhor António Ferreira, do P.S. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* disse que esta proposta/recomendação vinha ao encontro da política de comunicação da autarquia, que tudo tem feito para divulgar informação, desde que a pandemia começou, numa lógica de esforço contínuo.

----A senhora *Maria de Fátima Cunha* disse que relativamente à proposta da Câmara Municipal, de isenção das tarifas variável e fixa de abastecimento de água para os meses de maio e junho, devido à atual situação que se vive, o P.S.D. propõe alargar a isenção até setembro para consumidores não domésticos, e domésticos, e até dezembro para as IPSS, nos mesmo moldes da medida adotada pela Câmara Municipal até agora, tendo em conta que já é possível aferir as consequências económicas desta pandemia, e que estão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a ser mais graves do que se previa. Esta medida era sustentável visto que a Câmara Municipal já não vai gastar tanto dinheiro, cerca de 300000,00€ (trezentos mil euros), nas festas de verão, porque não se vão realizar. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que a Câmara Municipal elaborou um pacote de medidas no valor de 300000,00€ (trezentos mil euros) que consideram ser suficiente e razoável para um cenário em que não haja uma segunda vaga. Se no inverno o fenómeno se agudizar, o executivo admite ponderar o programa, caso contrário o primeiro pacote de medidas é suficiente. Neste contexto está contemplado o desconto da água para seis meses para as IPSS, para os outros sectores, porque o esforço financeiro é grande para a Câmara Municipal, e relativamente pequeno para cada família de per si, e a autarquia vive uma fase de investimento financeiro, para promover a longo prazo, a qualidade de vida dos mangualdenses, há que compaginar este esforço conjuntural relativo à epidemia com uma visão estruturada de longo prazo.-----

----Após alguma troca de esclarecimentos entre o senhor presidente da Câmara Municipal e a senhora Catarina Lourenço, ficou esclarecimento que a proposta de isenção das tarifas variável e fixa de abastecimento de água para os meses de maio e junho, para as IPSS, iria ser de novo revista e alargado o prazo para os seis meses, sob proposta do executivo.-----

----O senhor *João Tiago* disse que o que esta pandemia nos mostrou é que temos que ter capacidade de planeamento de médio e longo prazo. -----

----Esta pandemia, a falta de planeamento e o futuro das alterações climáticas vai colocar uma pressão elevadíssima nos recursos hídricos, no tratamento das águas residuais, e na tendencial falta de disponibilidade de serviços de qualidade. Dar um sinal de que as pessoas, podem gastar a água que intendem, independentemente de haver ou não uma pandemia, quando o custo desta é demasiado barato para a dificuldade que é extrair, tratar, distribuir, e recolher resíduos de água nas situações atuais, e com qualidade, estarmos a dar uma mensagem contrária, que se pode abusar deste recurso que é tão parco.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Independentemente dos argumentos que foram dados para as IPSS, e essas sim têm consumo de água elevado, não reconhecia como válida uma perspectiva de pouca sustentabilidade nos recursos hídricos para as pessoas, mesmo num momento destes. --

----Temos que preparar o futuro, fazer os investimentos que estamos a fazer, que não chegam, e por isso têm de ser sustentáveis. A autarquia está a gastar cerca de 3000000,00€ (três milhões de euros) nas novas Etar, ainda faltam outras tantas, e seria preciso mais dois mandatos para resolver o problema, não está resolvido o problema da água de consumo, e por isso há que ter ponderado a questão do incentivo ou desincentivo ao consumo da água. Tendo em conta que estão acauteladas, como disse o senhor presidente da Câmara Municipal, as questões das IPSS, o P.S. votará contra esta proposta do P.S.D.

----A senhora *Catarina Lourenço* disse que a proposta recebida da Câmara Municipal vinha no sentido de as IPSS terem isenção de abril a junho de 2020, e o P.S.D. propõe que a isenção seja até dezembro de 2020. O senhor presidente da Câmara Municipal já explicou que havia um lapso, daí termos feito esta proposta antes de o sabermos, pelo que o P.S.D. retira esta proposta.-----

---- Admirava-se que o senhor João Tiago estivesse preocupado em poupar nos recursos hídricos, com o qual todos concordamos, quando nós já batalhamos há algum tempo, que há tantos mangualdenses que veem o benefício da prescrição do pagamento da água, que não é ilegal, mas que é injusto, e nunca veio dizer que isso não podia acontecer. -----

----O senhor *Gabriel Sousa* parabenizou todos os presentes por estarmos presentes num momento tão difícil como este.-----

----Parabenizou também os presidentes de junta de freguesia porque deram o seu máximo contributo para manterem a população o mais saudável possível.-----

----Solicitou à senhora presidente da Assembleia Municipal para terem acesso aos gastos que as juntas de freguesia tiverem relativamente ao Covid19, no sentido de estarmos preparados, termos conhecimento, de quais as obras ou investimentos que cada junta de freguesia teve que colocar em standby por causa da pandemia.-----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* respondeu que essa informação teria que ser solicitada diretamente a cada presidente da junta de freguesia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----O senhor *Gabriel Sousa* solicitou que a Câmara Municipal também fornecesse os valores gastos com a pandemia. -----

----Outra solicitação dizia respeito a uma proposta do P.S.D., no sentido de que fosse criado um gabinete de apoio ao emigrante, idosos e pessoas mais necessitadas.-----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* respondem que já existe um Gabinete de Apoio ao Emigrante no edifício do CIDEM, e a autarquia possui um Gabinete de Ação Social para os restantes casos. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* retorquiu que existe o Gabinete de Apoio ao Emigrante e havia um dispositivo de ação social para responder a todas as questões de apoio social. -----

----A senhora *Filomena Ferreira* tomou a palavra para dizer que no dia sete de junho, na comunicação social, houve a seleção de cento e quarenta associações, distritos, freguesias, sobre a cultura popular tradicional portuguesa. Dentro desta seleção, sete, pertencem ao distrito de Viseu, e dentro desta estão os Bordados de Tibaldinho, que muito nos orgulha, pois é algo genuinamente nosso, e que devemos divulgar, para fazermos com que Mangualde ultrapasse as fronteiras da União Europeia, que vá a todo o mundo. Nesse sentido solicitava que sejamos solidários, e ajudemos que Mangualde seja ouvido e falado através dos Bordados de Tibaldinho. Começava domingo na RTP1, a divulgação e a seleção, e competíamos a nós através de telefonemas, que os Bordados de Tibaldinho consigam chegar até ao dia sete de setembro, a final do concurso.-----

----Quando eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, entrou o senhor Jaime Pinto, do P.S. -----

----A senhora *Sara Sousa* disse que elogiar a forma como as gentes locais têm dados as mãos, num trabalho de parceria, para fazer face a esta situação do Covid19. Uma pandemia como esta, no mundo globalizado, é uma situação nova, e por isso temos que aprender a lidar com a situação. No puzzle do comércio internacional, havia algo que se devia questionar, a Europa, 85% dos produtos consumidos são produzidos no exterior, há também que equacionar o nosso país. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----A Câmara Municipal de Mangualde, reforça, juntamente com a Associação Empresarial de Mangualde, com 12000,00€ (doze mil euros), o incentivo ao comércio local, e com isto deveríamos partir para a valorização do território, daquilo que é nosso. A globalização económica, financeira e cultural, chega para nós repensarmos que o sistema económico não vai muito mais longe, porque o ambiente já nos está a balançar a consciência, e este vírus deu-nos uma lição. -----

----Esta Assembleia Municipal também é um espaço para reflexão e para termos visão estratégica, quando sentimos a necessidade, somos capazes de darmos as mãos. Apelava a todos os presentes, que precisamos de repensar o ser Portugal, que nos deveríamos orgulhar daquilo que temos, daquilo que produzimos, para quando abrimos as fronteiras, o podermos mostrar. Por outro lado, também temos de respeitar todos os seres vivos, todas as cores, todas as nacionalidades, por todos os seres, por este planeta.-----

----Que este Covid seja uma lição, porque cada um de nós tem que mudar. -----

----Quando eram vinte e duas horas, entrou a senhora Lisete Cabral, presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Maceira Dão. -----

----O senhor *Tiago Henriques* disse que esta pandemia trazia algo de incerteza, pelo que havia que manter o rumo das coisas boas, e minorar o que é menos bom. Havia que manter os investimentos duradouros, que propiciam a continuidade de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, por isto o P.S. congratulava-se com o facto de, mesmo numa situação em que muitas pessoas ficaram confinadas, foi possível continuar a ver a execução da maior parte dos investimentos que estavam contratualizados pelo executivo camarário, como foi o caso de alguns projetos de reabilitação urbana: ruas envolventes ao Mercado Municipal, zona do Relógio Velho, os arranjos na Igreja da Misericórdia, Largo das Carvalhas, e rede de tratamento de águas residuais. -----

----O senhor *António Monteiro*, presidente da Junta de Freguesia de Espinho tomou a palavra para prestar a sua homenagem e condolências às famílias das vítimas do Covid 19, do nosso concelho, que apesar do esforço sem limites, não resistiram á doença.-----

----Nesta época de pandemia as autarquias foram muito além das suas competências e responderam rapidamente às solicitações, implantando respostas necessárias, e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adequadas, não só na defesa da saúde dos cidadãos, como na promoção e coesão social e económica. Esta crise sanitária tem vindo a evidenciar o papel decisivo, do poder local, da proximidade ao serviço junto das comunidades. -----

---- Enquanto presidente de junta e membro desta Assembleia Municipal, que é, por excelência, o fórum de discussão de assuntos municipais, enaltecia publicamente o serviço público prestado pela Câmara Municipal de Mangualde, pelas juntas de freguesia e uniões de freguesia do nosso concelho. Face a uma realidade sem paralelo na história da democracia, os nossos autarcas foram incansáveis, não só garantiram os serviços essenciais como também anteciparam e desenvolveram novas soluções. Foi uma resposta exemplar de todos os profissionais envolvidos, de várias áreas, e também de todas as pessoas que souberam recolher-se em confinamento familiar, e social. -----

---- A pandemia constitui um revês no percurso de desenvolvimento do nosso concelho, mas temos de alimentar a nossa confiança coletiva, nas nossas entidades e instituições locais, tecido empresarial, movimento associativo, e fundamentalmente na nossa comunidade. -----

---- Há a iminência da chegada dos nossos emigrantes, de turistas, que vão procurar o interior em detrimento do litoral, pelo que é importante definir linhas de ação para motivar o dever de respeitar escrupulosamente as diretrizes da Direção Geral de Saúde, neste período de desconfinamento, e assegurar que as pessoas ajam com consciência e civismo. Quanto aos jovens há que fazer uma campanha de sensibilização muito específica com recurso aos jovens. -----

---- Também não podia deixar de mencionar a recente inauguração do Espaço do Cidadão da freguesia de Espinho, um marco na história do concelho e freguesia, que traz qualidade à vida e à minha comunidade, e que trará também coesão ao nosso concelho, pelo que tinha que agradecer à Câmara Municipal de Mangualde pela intensa cooperação neste progresso sustentável. -----

---- O senhor *Fernando Campos* dirigiu-se ao senhor presidente da Câmara Municipal dizendo que, “*Muitos mangualdenses, de quase todas as freguesias, fizeram chegar à CDU a sua preocupação sobre algo que é bem visível de todos. Em muitos locais há uma*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito deficiente limpeza dos matos junto às estradas e nas valetas. Há que resolver rapidamente esta situação sob pena de termos consequências que bem conhecemos e ninguém deseja.-----

----Desde 2009 que a CDU tem levantado publicamente a situação que se verifica no «nó rodoviário regional e internacional», entre aspas, como é óbvio. E desde as promessas feitas por quem ganhou as eleições na campanha de 2009 que nada acontece. Como nada acontecia antes. Não vou aqui adjetivar a realidade. Ela fala por si e todos a conhecem. O tempo das palavras já lá vai. Querem-se atos.-----

----Sabemos de voz própria que vários mangualdenses têm contactado os serviços da câmara sobre os cortes da água nos chafarizes. E a resposta é sempre a mesma: «a água é muito cara por causa de Viseu». Desconhecíamos que a câmara de Viseu tinha passado a fixar o preço da água em Mangualde. Trata-se certamente de um lapso. Ficamos à espera do seu esclarecimento.-----

----Queria igualmente manifestar a nossa estranheza pelo diferente tratamento entre o Parque de merendas no Penedo da Moira, há muito vandalizado e em avançado estado de degradação, e o Parque junto ao Maninho de Santa Marta, Rua 29 de julho, sempre limpo e pronto a ser utilizado pela população.”-----

----A senhora presidente da Assembleia Municipal, a pedido do senhor Fernando Campos, leu a seguinte moção: “Em defesa da implementação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco”-----

---- “A atual situação que vivemos, veio evidenciar a importância dos serviços públicos e dos seus trabalhadores nas respostas às necessidades das populações.-----

----Diariamente milhares de trabalhadores da administração local asseguram os serviços essenciais às populações, salvaguardando a saúde pública, respostas sociais e a continuidade da qualidade de vida da população.-----

----Estes trabalhadores prestam o seu serviço expondo-se a riscos acrescidos sem qualquer compensação suplementar.-----

----A valorização dos trabalhadores, mais do que com palavras de circunstâncias ou atos simbólicos, faz-se com medidas concretas, nomeadamente com o reconhecimento da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

natureza insalubre, penosa e de risco de várias atividades e que a esse reconhecimento corresponda uma justa e necessária compensação remuneratória. -----

----A regulamentação e aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco é há muito uma justa aspiração dos trabalhadores da Administração Local que apesar de prevista e reafirmada no quadro legal, nomeadamente na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, tarda em ver a sua aplicação efetivada. -----

----As autarquias locais pautam a sua ação pelo respeito, valorização e promoção das condições dos seus trabalhadores, sobretudo daquelas que dizem respeito às suas condições de saúde, higiene e segurança. -----

----Assim a Assembleia Municipal de Mangualde, reunida no dia 25 de junho de 2020, delibera: -----

----1. Saudar todos os trabalhadores que diariamente prestam serviços essenciais às populações e sensibilizar os órgãos competentes para a necessidade de ajustar a legislação à rudeza e perigosidade da sua função. -----

----2. Exigir do governo e da Assembleia da República a aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, aos trabalhadores da Administração Local. -----

----Uma vez aprovada, esta Moção deve ser enviada aos Grupos parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor 1º Ministro, aos órgãos representativos dos trabalhadores e à comunicação social.”-----

----O senhor João Tiago disse que quanto a esta moção, o P.S., estava de acordo sobre o que é referido no primeiro ponto, saudar todos os trabalhadores da administração local, nomeadamente todos aqueles que tem mantido os níveis de sanidade no máximo possível, e a penosidade a que essas pessoas estão sujeitas, deve ser reconhecida, já no segundo ponto, não poderiam analisar a questão de animo leve. Todos os partidos têm as suas diferentes opiniões, e os partidos que chegam ao poder, antes de apresentarem uma proposta têm de fazer contas. O P.S. em nome da dignificação dos trabalhadores da administração local, vai se abster, até porque esta Assembleia Municipal deveria resolver os problemas no âmbito do seu território, e não algo a nível nacional. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----O senhor *Fernando Campos* respondeu ao senhor João Tiago, que o P.S. aprovou esta moção em muitos concelhos do país, e que valorizar os trabalhadores e o trabalho não era oportunismo.-----

----A senhora *Catarina Lourenço* disse que o P.S.D. também se abstinha, e que a justificação era a mesma do P.S. No primeiro ponto estavam de acordo com a moção, quanto ao segundo, embora todas as iniciativas que vêm à Assembleia Municipal sejam de louvar, era muito abrangente, pois nem todos os funcionários estão na mesma categoria, e não estavam apresentados os custos implícitos.-----

----Posto esta moção a votação, a mesma foi rejeitada por maioria, com um voto a favor da, C.D.U., dois votos contra dos senhores, Leonor Pais e António Ferreira, do P.S., e vinte e cinco abstenções, exigir do governo e da Assembleia da República a aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, aos trabalhadores da Administração Local.-----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* explicou que o seu voto contra decorria dos argumentos apresentados pelo P.S., e em nada eram contra um legítimo valor que é dado aos trabalhadores, e às justas condições de trabalho e á dignidade do trabalho.

----O senhor *António Ferreira*, segundo secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Mangualde, fez a seguinte declaração de voto: “ *votava contra esta moção porque, quando se exige rigor nas contas, no orçamento, no planeamento, não iria permitir, da sua parte, que se proponham, qualquer ação, sem se planear, sem se orçamentar, sem se saber se de facto é possível.*” -----

----Interveio o senhor *Rui Valério*, presidente da União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, para dizer que de um momento para o outro, e por causa de um vírus as nossas vidas e os nossos hábitos foram alterados. A sua freguesia foi, até ao momento a mais fustigada do concelho, pela pandemia. O vírus afetou aqueles que menos defesas tinham para se proteger, os nossos idosos. A pandemia entrou no Lar de S. José, desta freguesia, afetando a maioria dos seus utentes e funcionários, sendo um período negro na história da freguesia que exigiu esforço, sacrifício, e sofrimento por parte de muita gente, que por dever de ofício, ou voluntariamente, se dedicou a atenuar e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estancar as dificuldades e os desafios que foram surgindo. Felizmente existe na nossa sociedade exemplos de solidariedade e altruísmo sem limites. Um obrigado não chega para agradecer a todas as funcionárias e equipa técnica do Lar de S. José. Aos estudantes de enfermagem que vieram voluntariamente prestar serviço ao Lar, aos escuteiros do Agrupamento 1034, aos membros da Unidade Local de Proteção Civil, e a todos os demais voluntários, a nossa freguesia permanecerá eternamente grata, a todas as pessoas que nos ajudaram a ultrapassar esta batalha. -----

----O senhor *Marco Almeida*, presidente da União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, disse que, em virtude da grave situação que a União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães atravessou, nomeadamente no Lar de S. José, e que se traduziu no desaparecimento de onze cidadãs e cidadãos, mangualdenses, propôs a esta Assembleia Municipal que se aprovasse um voto de pesar pelo falecimento destes nossos conterrâneos. -----

----Posto este voto de pesar a votação o mesmo foi aprovado por unanimidade, tendo a senhora presidente da Assembleia Municipal alargado este voto e aprovação a todas as pessoas que faleceram devido á pandemia e respetivas famílias enlutadas.-----

----*Ponto Primeiro da Ordem do Dia* **“Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo”** -----

----O senhor *Fernando Campos* leu a seguinte intervenção: “*A câmara não tem atividade, nomeadamente, obras, atos culturais, desportivos, recreativos, sociais, económicos, políticos?*-----

----*É que a Informação Escrita do Presidente da Camara ao Órgão Deliberativo, é obrigatória por Lei. Diz a alínea c) do número 2, do Artigo 25º, da Lei 75/2013, que a Assembleia deve: “Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão”*. -----

----*Pegemos na Prestação de Contas 2019, páginas 203 a 222. A informação constante devia ter sido trazida a esta Assembleia nas 6 sessões ordinárias do ano de 2019 e a*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maioria não o foi. Repetiu-se assim a situação verificada em 2018. Porquê senhor presidente? O Tribunal de Contas merece mais atenção que a Assembleia Municipal? -

----O facto de chegar às nossas mãos informação com meses de atraso, é inaceitável. -

----A bem do cabal cumprimento da função fiscalizadora legalmente atribuída a esta Assembleia e do elementar dever de transparência na gestão pública, a Informação Escrita do Presidente sobre a mais recente atividade, deve ser sempre enviada aos eleitos, juntamente com a outra documentação.” -----

*----Ponto Segundo da Ordem do Dia “**Inventário e Cadastro Patrimonial dos Bens e Direitos por Classificação Patrimonial até ao ano de 2019**” - Apreciação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----*

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

*----Ponto Terceiro da Ordem do Dia “**Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2020/Plano Plurianual de Investimentos**” – Apreciação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----*

----A senhora presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos terceiro e quarto fossem apreciados em conjunto e votados separadamente, o que foi aprovado por unanimidade. -----

*----O senhor *Filipe Pinto* disse que a sua intervenção se deve ao facto de haver uma revisão ao orçamento de 2020, um aumento de cerca de 110000,00€ (cento e dez mil euros) e 160000,00€ (cento e sessenta mil euros) na rubrica de “outros serviços” e “outros trabalhos especializados”, rubricas dotadas com mais de 1000000,00€ (um milhão de euros), e nesse sentido gostaria de saber o porquê destes aumentos, e que serviços estão a ser feitos. -----*

*----O senhor *Miguel Sousa* disse que devido à Covid19, houve muito comércio local, com empregados, que tiveram dificuldades, e que a Câmara Municipal deveria estar preocupada com esses pequenos empresários, pois estão há cerca de três meses praticamente sem faturação, com despesas, com layoff, e embora o governo participe algumas despesas, seria interessante a autarquia fazer um levantamento destes*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresários, e criar uma isenção da derrama, desde que estes cumprissem determinados requisitos.-----

----O senhor *João Tiago* tomou a palavra para explicar que já existe um plano económico para resolver esses pequenos problemas, e a derrama paga-se sobre os lucros, se os houver, caso contrário não pagam. O que se pode fazer é ajudar nalgumas despesas e investir na economia local, como por exemplo, pagar dentro dos prazos às empresas de Mangualde.-----

----Quanto às rubricas alteradas, por exemplo “outros serviços especializados”, é um pagamento ao Planalto Beirão. -----

----A senhora *Catarina Lourenço* disse que era inacreditável que cada proposta feita pelo P.S.D. ou pela C.D.U., seja apelidada de demagógica, e que sejam acusados de não lerem a documentação. -----

----A recomendação do senhor engenheiro Miguel Sousa era a de que o valor da derrama, que incide sobre os lucros, que a Câmara Municipal iria perder se o distribuísse, seria muito pouco, e que este poderia ser importante para os pequenos comerciantes. -----

----O senhor *João Tiago* disse que nenhuma empresa que tenha 1000,00€ (mil euros) de lucro, por exemplo, lhe fazem falta 10,00€ (dez euros) de pagamento de derrama. -----

----O senhor *Filipe Pinto* respondeu ao senhor João Tiago que não tinha a informação que o pagamento era ao Planalto Beirão e “outros trabalhos especializados” podem incluir muitos outros serviços. -----

----O senhor *Miguel Sousa* disse que fez uma recomendação para chamar a atenção do executivo, e sabia que 10,00€ (dez euros) não faziam falta, mas se foram 500,00€ (quinhentos euros) certamente já fazem falta.-----

----A senhora *Sara Sousa* disse que tem de haver consumo para haver rendimento, pelo que a medida tomada pela autarquia para incentivar a economia local, a população a consumir, e onde foram disponibilizados 12000,00€ (doze mil euros), é já uma medida de preocupação para com os pequenos comerciantes.-----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que estas revisões se deviam sobretudo à inclusão do saldo de gerência, e que a rubrica dos “outros trabalhos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especializados”, já tinham sido dados exemplos do que constava, pois uma câmara municipal dinâmica, está sempre a contratar serviços diversos pois conferem mais eficiência, mais dinâmica.-----

----Relativamente à intervenção do senhor Miguel Sousa dizia que a figura da derrama já estava presente no plano económico, e que a taxa de derrama a aplicar no ano de 2021, que incide nos rendimentos de 2020, e a inserir no orçamento a elaborar ainda este ano, tenha um desconto até 50%, para as empresas que faturem até 120000,00€ (cento e vinte mil euros) ao ano. Quanto a outros benefícios, além do pequeno comércio, os empresários, beneficiam de desconto na água, na publicidade, no uso do espaço de esplanadas, entre outras rendas.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, cinco votos contra do P.S.D., e a abstenção do senhor Fernando Campos, da C.D.U., aprovar a primeira revisão às G.O.P. para o ano de 2020.-----

----*Ponto Quarto da Ordem do Dia* **“Primeira Revisão ao Orçamento para o ano de 2020”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, cinco votos contra do P.S.D., e a abstenção do senhor Fernando Campos, da C.D.U., aprovar a primeira revisão ao orçamento para o ano de 2020.-----

Ponto Quinto da Ordem do Dia **“Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mangualde de 2020”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor, e a abstenção do senhor Fernando Campos da C.D.U., a segunda alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mangualde.-----

----*Ponto Sexto da Ordem do Dia* **“Primeira Alteração à Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Mangualde – Prorrogação do Prazo do Contrato de Prestação de Serviços”** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, a primeira alteração à primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Mangualde, para prorrogação do prazo do contrato de prestação de serviços com a empresa “Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura, Ld.^a-----

---*Ponto Sétimo da Ordem do Dia “Prestação de Contas/Gerência Municipal 2019”*

- *Apreciação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----*

----O senhor *Fernando Campos* solicitou alguns esclarecimentos sobre: “*Compromissos assumidos na rúbrica de estudos, pareceres, projetos e consultorias, no valor de cerca de 274 mil euros, respeitam a quê? Na página 17. -----*

----*Compromissos assumidos na rúbrica de outros trabalhos especializados no valor de cerca de 2 milhões e 55 mil euros e na rúbrica de outros serviços de cerca de 1 milhão, 631 mil euros, respeitam a quê? Na página 17. -----*

----O senhor *Filipe Pinto* chamou a atenção para um lapso no relatório de gestão, na página 235, que induz em erro, porque são analisados mapas onde consta a receita total, dividida em receita corrente e receita de capital, sendo feita uma conclusão em que as receitas correntes diminuíram 2,3%, estavam-se a fazer comparações, o que era errado, ou seja, a receita total em 2018 foi de cerca de 19000000,00€ (dezanove milhões de euros), e em 2019 cerca de 20000000,00€ (vinte milhões de euros), o peso da receita total é que diminuiu, não as receitas correntes propriamente ditas, ao contrário das receitas de capital que aumentaram 75%. As “outras dividas a pagar”, o saldo de alguns fornecedores é igual em 2018 e 2019, pressupõe que não houve regularizações, pelo que o pagamento a trezentos e sessenta dias não foi efetuado, por isso questionava o porquê de haver saldos parados. -----

----Como também fazemos críticas positivas, os indicadores financeiros apresentados são muito bons, em termos de liquidez e de autonomia financeira, o que perfaz uma boa gestão. No entanto questionava o porquê de haver oitenta contratos de ajustes diretos, e cinquenta de consulta prévia, se eram todos necessários.-----

----O senhor *João Tiago* disse que era importante para o município que as contas tenham autonomia financeira, porque era difícil, no momento, estar preparado para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imprevisibilidade da situação. Quando há resultados líquidos positivos, ao longo dos últimos anos, e sendo este o melhor resultado, dos últimos anos, ficará um legado que se deve á capacidade política de gestão do município e aos técnicos que trabalham todos os dias nos diversos serviços da autarquia.-----

----Há que continuar os esforços para a concretização do Plano Plurianual de Investimentos, porque estas contas foram possíveis sem cortar no investimento. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que os valores expressos no relatório de gestão estavam certos, faltando de facto a palavra a dizer que era “peso relativo”.-----

----Esta Câmara Municipal tem-se redimensionado, crescido e pela primeira vez, em 2019, ultrapassa um ativo de mais de 100000000,00€ (cem milhões de euros), as receitas superaram as despesas, e o resultado líquido aumentou 340%, baixou-se a dívida em 1100000,00€ (um milhão e cem mil euros).-----

----Fala-se de “serviços especializados e subcontratações” e o selo de garantia está na comparação entre as receitas correntes e as despesas correntes, o que resulta numa poupança de 2500000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros), o que serviu para financiar o investimento, a dinâmica do concelho, no futuro.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, cinco votos contra do P.S.D., e a abstenção do senhor Fernando Campos da C.D.U., aprovar a presente prestação de contas do ano de 2019.-----

----O senhor *Filipe Pinto* fez a seguinte declaração de voto: “*A bancada do P.S.D. vota contra a prestação de contas, uma vez que temos um resultado líquido, positivo, de cerca de 1500000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros), que muito se deve á receita arrecadada de impostos, e taxas. Assistiu-se a um aumento de receitas e impostos de 750000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros), que representa metade do resultado líquido, e um quinto da receita total. Nesse sentido, achamos que pode ser o ano de transição para dar mais um folgo aos mangualdenses, e ver algumas das taxas reduzidas, como o IMI, visto que conseguimos ter um resultado tão bom, pelo que seria também bom congratular os mangualdenses porque contribuíram para esse resultado.*” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----*Ponto Oitavo da Ordem do Dia* “**Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e Protocolo de Colaboração 2020 com a Junta de Freguesia de Abrunhosa-a-Velha**” – Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal-----

----O senhor *Miguel Sousa* disse que a bancada do P.S.D. se iria abster, pelos motivos apresentados na sessão da Assembleia Municipal 29/4/2019. -----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor, e cinco abstenções do P.S.D., dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para a celebração do aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências e protocolo de colaboração 2020, celebrado com a Junta de Freguesia de Abrunhosa-a-Velha.-----

--*Ponto Nono da Ordem do Dia* “**Aditamento ao Anexo A do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e Protocolo de Colaboração 2020 da União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães**” – Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal-----

----A senhora *Catarina Lourenço* disse o P.S.D. iria votar a favor neste ponto, dado que a União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta retiraram do seu orçamento 4000,00€ (quatro mil euros) para entregar à União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, face aos problemas porque passaram, o P.S.D. louvava esta atitude, mas questionava o porquê de ser a União de Freguesias a doar a verba e não a Câmara Municipal.-----

----O senhor *Marco Almeida* respondeu que foi por solidariedade que foi doada a verba, porque a Câmara Municipal e todas as Juntas de Freguesia do concelho trabalham em conjunto, num espírito de solidariedade e entre ajuda. Estava em causa a defesa de nós todos, e se colaborarmos todos vamos dar uma resposta mais adequada e com maior prontidão. -----

----A senhora *Catarina Lourenço* reiterou que era de louvar a intervenção da União de Freguesias de Mangualde, não estava a fazer política quando o afirmou, ao contrário do senhor presidente da União de Freguesias de Mangualde. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que ao senhor presidente da União de Freguesias de Santiago de Cassurrães nunca lhe faltou solidariedade da Câmara Municipal, e que no plano estratégico existe uma verba de 50000,00€ (cinquenta mil euros) para apoio às juntas de freguesias. À União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães serão alocados 10000,00€ (dez mil euros), que o valor já doado pela União de Freguesias de Mangualde não vai substituir, pois foi uma iniciativa individual. -----

----O senhor *Rui Valério*, presidente da União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães referiu que, neste momento de crise pandémica, entre outros, teve a ajuda da União de Freguesias de Mangualde, e que a Câmara Municipal nunca deixou de estar ao lado de quem mais precisou, os idosos, as famílias mais afetadas.-----

----O contributo da União de Freguesias de Mangualde, e todo o resto que irá receber será comprovado com faturas entregues na Câmara Municipal.-----

----Agradecia ainda a solidariedade manifestava por todos, mesmo pelo P.S.D., à Câmara Municipal, à Proteção Civil Municipal, por todo o apoio prestado à sua freguesia e às pessoas da sua terra.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para a celebração do aditamento ao Anexo A do contrato interadministrativo de delegação de competências e protocolo de colaboração 2020, celebrado com a União de Freguesias Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães. -----

----**Ponto Décimo da Ordem do Dia “Alteração ao Documento A2 – Anexo de Procedimentos das Transferências Financeiras ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Protocolos de Colaboração das Juntas de Freguesia do Concelho de Mangualde para 2020”** – Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal-----

----O senhor *Rui Marques*, presidente da Junta de Freguesia de Quintela de Azurara, explicou que a alteração ao Documento 2 se devia ao Covid19, agradecendo também o apoio da Câmara Municipal e a colaboração estreita entre as juntas de freguesia. De

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

salientar a linha de apoio social que serviu todo o concelho, inclusivamente, algumas juntas de freguesias, dos seus orçamentos, no mês de março, assumiram a entrega de bens alimentares às famílias mais carenciadas, tendo a Câmara Municipal também assumido o papel da Santa Casa da Misericórdia, e do Complexo Paroquial. -----

---- Foi igualmente importante a distribuição de bens alimentares pelos alunos do escalão A das escolas, bem como material informático. -----

---- O valor de 50000,00€ (cinquenta mil euros) será distribuído proporcionalmente pelas juntas de freguesia, á semelhança dos protocolos. -----

---- Agradecia ainda o empenho da Câmara Municipal na resolução de um problema antigo, que é a transformação do edifício das ex escolas primárias num centro cultural e intergeracional da freguesia. -----

---- A senhora vereadora Maria José Coelho disse que a solidariedade foi um exemplo neste concelho entre todas as instituições e destacou o papel do setor social na proteção psicossocial com todos os parceiros da rede social e do banco de voluntariado. Como exemplo, sublinhou a importância da substituição das entidades recetoras provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome, a Santa Casa da Misericórdia e o Complexo Paroquial, juntamente com o banco de voluntariado que, mensalmente, distribuíram os bens alimentares. Para além de todo o plano de contingência social que deu cobertura a todo o concelho, o setor social também se disponibilizou na recolha e distribuição pelo concelho da medicação oncológica, do Centro Hospitalar de Viseu com distribuição porta a porta. -----

---- Congratulo também os senhores presidentes de junta de freguesia que estiveram sempre na linha da frente connosco no apoio sobretudo a uma faixa etária mais vulnerável, os nossos idosos. Estes tiveram todo o apoio necessário, inclusivamente, compras de bens alimentares necessários e indispensáveis, segundo o seu pedido e a entrega em casa. Todos os outros grupos de risco tiveram também um olhar atento. -----

---- Em suma, toda a rede social e mais parceiros envolvidos estiveram desde a primeira hora disponíveis, numa atitude de grande profissionalismo, forte coesão social e territorial

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no sentido de dar uma resposta célere e eficaz aos pedidos solicitados para apoiar todas as pessoas do nosso concelho.-----

----O senhor *Filipe Pinto* agradeceu ao senhor presidente da Junta da Freixiosa, pois, no âmbito do voluntariado, foi criado um grupo de jovens que sempre teve o seu apoio, e aos jovens que a ele se juntaram.-----

---- O senhor *Miguel Sousa* lembrou o Dia Mundial da Criança, e que este ano não houve atividades letivas ou comemorativas, no entanto havia que louvar a iniciativa da União de Freguesias de Tavares que potenciou às crianças daquela freguesia alguma diversão, entregando kits a todas as crianças.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para a celebração da alteração ao Documento 2 – Anexo de Procedimentos das Transferências Financeiras, dos contratos interadministrativos de delegação de competências e protocolos de colaboração, celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho de Mangualde, para 2020.-----

----*Ponto Décimo-Primeiro da Ordem do Dia “Eleição de 5 Membros para a Associação de Municípios de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo e Sátão – AMAPS”* - alínea b), n.º 2, do art.º 10º, dos Estatutos da AMAPS-----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, a lista A, lista única com a designação dos seguintes membros: Sara Sousa, Filomena Ferreira, do PS, Rui Valério, presidente da União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, do PS, Catarina Lourenço, do PSD, e como suplente Miguel Sousa, do PSD, e Fernando Campos, da CDU.-----

----*Ponto Décimo-Segundo da Ordem do Dia “Alteração da Constituição do Conselho Municipal de Educação”* - art.º 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30/1 – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, a presente alteração da constituição, e nomeados, segundo listagem apresentada, respetivamente como membros efetivos do CME. -----

----*Ponto Décimo-Terceiro da Ordem do Dia* **“Nomeação do Revisor Oficial de Contas” – art.º 77, da Lei 73/2013, de 3/9** - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, nomear Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., com sede na Guarda, como auditor externo, ROC, responsável pela certificação legal de contas do município de Mangualde.-----

----*Ponto Décimo-Quarto da Ordem do Dia* **“Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 16 abril de 2020 a 16 junho de 2020, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal de Mangualde, de 20 de dezembro de 2019, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2”** – conhecimento -----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Não havendo mais nada a tratar, a senhora presidente da Assembleia Municipal propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa.-----

----Em seguida, quando eram vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e cinco de junho, a senhora presidente da Assembleia Municipal deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a.-----

----Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.



Fls.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O/A Presidente,

O/A 1^o. Secretário/a,

O/A 2^o. Secretário/a,
